**PROCESSO Nº:** 41010-164/2017

**INTERESSADO**: MARIA LÚCIA DE SOUZA

**ASSUNTO**: PAGAMENTO DE RETROATIVO

**1 – DOS FATOS**

Trata-se do Processo Administrativo nº 41010-164/2017, em volume único, com 19 fls., referente à solicitação de retroativo de salário, de interesse da servidora Maria Lúcia de Souza (fl. 02).

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE,** para análise e parecer acerca da divergência de valores verificada entre os cálculos efetuados pela **UNCISAL** (fl. 08) e os efetuados pela **Gerência de análise e instrução processual da folha de pagamento da SEPLAG** (fls. 15/16), em atendimento ao que determina o Decreto Estadual nº 4.190, de 1º de outubro de 2009 e alterações posteriores.

**2 – DO MÉRITO**

Compulsando os autos, verifica-se que este Processo Administrativo se encontra adequadamente instruído, no que se refere aos requisitos da legislação pertinente, composto de toda a documentação que possibilita a análise do feito.

Em relação à verificação da exação dos cálculos providenciada pela **Gerência de análise e instrução processual da folha de pagamento da SEPLAG**, a mesma foi realizada com presteza (fls. 15/16).

**2.1 – DO PERÍODO CONSIDERADO NOS CÁLCULOS**

O período a ser considerado é de julho/2015 a novembro/2016, incluindo 13º salário de 2015 e 1/3 de férias de 2016, conforme despacho e planilha da **SEPLAG** (fls. 15/16).

**2.2 – DO VALOR TOTAL A RECEBER**

Diante das informações apresentadas e da análise realizada, a servidora faz jus ao recebimento de **R$3.459,16 (três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos),** conforme planilha de cálculos à fl. 16.

**2.3 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Verifica-se que não foi acostada aos autos a informação da dotação orçamentária. Ressaltamos a necessidade de constar informações acerca da dotação orçamentária que irá atender a despesa em questão, com base no orçamento vigente no exercício de 2018.

**3 – CONCLUSÃO**

Desta forma, diante das informações apresentadas, opinamos pelo deferimento do pagamentono valor de **R$3.459,16 (três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos),** devidos a Maria Lúcia de Souza, relferente ao período de julho/2015 a novembro/2016, incluindo 13º salário de 2015 e 1/3 de férias de 2016.

Diante da necessidade de atendimento à condicionante, sugerimos o envio dos autos ao **UNCISAL,** em ato contínuo encaminhar à SEPLAG, para pagamento**.**

É de bom alvitre que, diante da análise realizada nos autos, por esta Controladoria Geral do Estado, ensejando a emissão do presente parecer, acerca dos valores da dívida em questão, nos termos do inciso V, do § 1º, do art. 57 do Decreto Estadual nº 57.404/2018, sugerimos que, caso não ocorra o pagamento da dívida ainda no exercício financeiro de 2018, **este processo não retorne a esta CGE para nova análise**, exceto se novos fatos assim exigirem. Pois, o seu pagamento só dependerá da existência de disponibilidade orçamentária e financeira no exercício fiscal em que for pago.

Isto posto, evoluímos os autos ao Gabinete da **Controladora Geral do Estado** para conhecimento da análise apresentada e providências que o caso requer.

Maceió-AL, 22 de junho de 2018.

Cleonice Ferreira de Carvalho

**Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 95-7**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**